

# **PATRIMÔNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ESPERANÇA CONDICIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO – SP**

*Filipe Vieira de Oliveira Oliveira*

*Silvia Helena Zanirato*

### **RESUMO**

O capítulo ora apresentado refere-se a uma análise das principais discussões teóricas e dos resultados obtidos com a pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, cujo objetivo principal foi verificar os limites e as possibilidades que se estabelecem a partir da associação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro, no estado de São Paulo. A pesquisa ocorreu entre os anos de 2016 e 2020, com trabalho de campo concentrado entre 2018 e 2019. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa de caráter combinado analítico, descritivo e exploratório e com procedimentos técnicos com base na pesquisa de campo, aplicação de entrevistas semiestruturadas, elaboração e aplicação de um diagnóstico participativo e na produção e na análise de imagens fotográficas. Como resultado, verificamos que a associação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local ainda é contraditória e demanda maior participação social. Com a pesquisa aplicada foi possível demonstrar em São José do

Barreiro a persistência de um modelo de turismo pouco organizado, descontínuo e não participativo – o que, em nossa análise, contribui para a manutenção das condições adversas à conservação do patrimônio cultural e natural ali existentes. Foram observados diversos conflitos em relação à associação proposta, em especial de ordem ambiental. Verificamos também, que, ainda assim, há uma esperança da comunidade depositada no turismo e nos patrimônios locais; no entanto, os conflitos inerentes ao modo como essa relação vêm sendo conduzida a tem mantido como uma esperança condicional. Desse modo, apontamos para a necessidade de se pensar em um tipo de desenvolvimento do turismo que seja mais inclusivo, arraigado em bases locais e na ampla participação social, condição fundamental para as transformações desejadas e para a superação dos mais diversos problemas identificados.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Turismo; Desenvolvimento Local; Participação Social.

## INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta alguns apontamentos da pesquisa desenvolvida no âmbito do programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo em nível de doutorado, defendida em maio de 2020 e intitulada *Patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP: uma esperança condicional*.

O recorte aqui apresentado refere-se a uma análise das principais discussões teóricas e dos resultados obtidos com a pesquisa aplicada, cujo objetivo principal foi verificar os limites e as possibilidades que se estabelecem a partir da associação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro. O município é localizado na região do Vale Histórico Paulista e da Serra da Bocaina no estado de São Paulo.

Consideramos como pergunta norteadora e problema de pesquisa o seguinte: seria o turismo capaz de se tornar um vetor de desenvolvimento local com suporte no patrimônio cultural e natural em São José do Barreiro e de ordenar um novo modo de produção do lugar?

Para responder a essa indagação a pesquisa aplicada se valeu de um estudo de caso com abordagem qualitativa de caráter combinado analítico, descritivo e exploratório e com procedimentos técnicos com base na pesquisa de campo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, elaboração e aplicação de um diagnóstico participativo e a produção e a análise de imagens fotográficas. A

pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2016 e 2020, sendo os dois primeiros anos voltados à construção teórica do estudo, seguidos do trabalho de campo, que ocorreu em períodos curtos e longos entre os anos de 2018 e 2019.

## 1. MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerar as relações entre turismo, patrimônio e desenvolvimento local a partir da multiplicidade de seus desdobramentos demandou reflexões teóricas e distintas correlações práticas, na medida em que a complexidade exposta exigiu a necessidade de diferentes abordagens metodológicas. O turismo enquanto um fenômeno social identifica no espaço elementos que se tornam objetos de consumo que são apropriados pelos sujeitos sociais que nele atuam, sendo uma atividade que, por suas bases teórico-conceituais, pode gerar desenvolvimento e, ao mesmo tempo, degradação e impacto nos lugares onde se desenvolve, uma vez que:

- Por ser um fenômeno produtor e consumidor de espaço, o turismo se apoia nos elementos presentes no espaço como recurso para o seu desenvolvimento, atribuindo a esses elementos novas formas de uso.
- O patrimônio expressa nos lugares as permanências de tempos passados na convergência entre o material, o imaterial e o natural, relacionados a fatores sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Por isso, entendemos que seus usos sociais demandam iniciativas na direção de harmonizar possíveis conflitos.
- O desenvolvimento local, por sua vez, se tornou um novo paradigma nas propostas de concepção e organização dos municípios que se apoiam nos bens culturais e naturais, bem como no turismo, para promover as transformações sociais esperadas.

Nesse sentido, para o desenvolvimento da pesquisa apoiamos-nos na teoria da complexidade que amparou as discussões e o nosso método de análise. Para Edgard Morin (2005), a complexidade é o reconhecimento da incompletude do conhecimento, decorrente da fragmentação das disciplinas que levam à dificuldade de compreensão das relações que envolvem os mais distintos fenômenos.

Morin explica que se a complexidade expressa dificuldades e incertezas na construção de conhecimentos de um lado, por outro, sua consideração pode apontar caminhos para o enfrentamento dos mais diversos problemas da sociedade (2005). Assim, o enfoque na complexidade reconheceu a dificuldade de compreender relação sociedade, cultura e natureza.

Para os procedimentos metodológicos recorreremos ao estudo de caso, uma metodologia de pesquisa que envolve a análise aprofundada e exaustiva de determinados fenômenos, objetos ou lugares. O estudo de caso se caracterizou a partir de uma natureza justaposta de abordagem qualitativa, analítica, descritiva e exploratória com base em Yin (2001) e Marconi e Lakatos (2013), bem como da pesquisa de campo, na medida em que o estudo teve por finalidade delinear o fenômeno estudado e suas implicações.

A pesquisa de campo determinou as técnicas que foram empregadas para a coleta das informações realizadas com suporte em entrevistas semiestruturadas e na aplicação de um diagnóstico participativo. As entrevistas permitiram estabelecer em São Joé do Barreiro uma Matriz Social do Turismo, que compreende a rede local que partilha de interesses comuns. A Matriz Social corresponde às redes constituídas por interações de trocas e ajudas mútuas (MINHOTO e MARTINS, 2001) que, no caso aqui analisado, se refere à rede de sujeitos sociais e às instituições que têm relação direta ou indireta com o turismo e com o patrimônio cultural e natural em São José do Barreiro.

O diagnóstico participativo, por sua vez, consistiu em um método de investigação utilizado para fazer o levantamento de informações sobre a realidade que se desejava conhecer. Esse diagnóstico foi feito em conjunto e com a participação de lideranças locais, integrantes previamente definidos contendo os principais temas e perguntas sobre o turismo, patrimônio e desenvolvimento local. Escolhemos esse caminho uma vez que na elaboração de um diagnóstico são obtidas informações que poderão orientar as estratégias de planejamento e análise para futuras intervenções, além de identificar os problemas e desafios do lugar (FLACSO, 2015).

Por fim, foram produzidas fotografias que, de acordo com Zanirato (2003), são documentos que necessitam de interpretação. A produção e a análise de imagens variam de acordo com as referências de cada observador em atribuir significado àquilo que se apresenta ao olhar. Por isso, as imagens produzidas sobre os patrimônios identificados também foram analisadas metodologicamente.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL**

### **Patrimônio, turismo e desenvolvimento local**

As heranças culturais, os testemunhos da história, a paisagem e os lugares da natureza são elementos do patrimônio que merecem proteção e, ao mesmo tempo, podem estimular o desenvolvimento socioeconômico, em grande parte

associado ao fenômeno social do turismo. Em vista disso, garantir a conservação e os usos sociais dos mais diversos patrimônios tem se tornado um desafio bastante complexo, na medida em que há conflitos entre a proteção e o acesso a tais bens, ainda mais quando isso se dá pela articulação com as atividades turísticas.

Buscando subsidiar os pressupostos teóricos da pesquisa nos pautamos a partir de uma indagação originalmente proposta pelo antropólogo catalão Llorenç Prats (2003): turismo mais patrimônio podem gerar processos de desenvolvimento? Desse modo, o referencial teórico apresentado se valeu dos conceitos fundantes e da articulação teórico-conceitual entre os temas e os autores trabalhados na tese (cf. OLIVEIRA, 2020).

Primeiramente, verifica-se que as questões referentes ao patrimônio são cada vez mais presentes nas discussões acadêmicas, políticas e cotidianas em nossa sociedade. As mudanças na forma de pensar a história, a memória e a iminência dos riscos ambientais deram o alerta para a necessidade de proteção dos bens culturais e naturais da humanidade (GONÇALVES, 2007).

Como campo conceitual o patrimônio compreende todos os bens herdados individual ou coletivamente. Françoise Choay (2017) explica que a palavra patrimônio tem origem nas estruturas familiares, econômicas e jurídicas das sociedades e que, ao longo do tempo, foi requalificada e adquiriu novos sentidos e significados, como a de patrimônio cultural – uma construção social sob a lógica do mundo ocidental –, dos bens considerados excepcionais de um povo ou de uma coletividade.

Na concepção de Huges de Varine (1975), o patrimônio cultural é uma categoria constituída de três elementos fundamentais: o primeiro, os elementos naturais, pois são os bens naturais que tornam o mundo habitável; o segundo, o conhecimento, as técnicas, o saber e o saber-fazer, elementos intangíveis do patrimônio; e o terceiro corresponde às construções humanas que têm origem na interação entre a natureza e o saber-fazer do homem. O patrimônio representa, nesse sentido, os bens resultantes da dialética entre o homem e o meio, entre uma comunidade e seu território – são os nossos vínculos com o passado, no plano coletivo ou individual, na esfera pública ou privada (GARCÍA-CANCLINI, 1999).

Foram as transformações da sociedade no tempo e no espaço que levantaram questões sobre a importância de proteção do patrimônio e dos elementos a ele associados. A ideia moderna de patrimônio passa a ser importante diante da percepção do risco de desaparecimento dos bens considerados por seu valor excepcional, ou pelo que significam ou representam e, por isso, passam a ser institucionalizados

por ações públicas de proteção como o tombamento e o registro no caso dos bens culturais, ou a instituição de áreas protegidas para os bens naturais.

A patrimonialização de bens culturais e naturais, por ser uma escolha de grupos hegemônicos, nem sempre encontra correspondência com a sociedade, que não necessariamente os identificam por apropriação social (ZANIRATO, 2018). Em vista disso, a maneira de conceber o patrimônio, a qual se pode denominar de patrimonialização, é muitas vezes contestada por grupos sociais, pois a escolha, a seleção e as formas de proteção e de gestão geralmente restringem-se ao contexto do Estado, fato que contribui com discursos hegemônicos e processos de patrimonialização nem sempre representativos da diversidade cultural da sociedade (GONÇALVES, 2015).

O que se espera, portanto, é que o patrimônio seja representativo dos vários grupos sociais existentes. Com base nesse entendimento consideramos também a existência de um patrimônio sentido (ZANIRATO, 2018), validado por um consenso social e que se manifesta na relação da apropriação dos elementos da cultura e da natureza por determinados grupos sociais que neles se reconhecem e que neles demonstram sentimentos de identidade e pertencimento, independentemente de passarem por processos de patrimonialização (ZANIRATO, 2018).

A noção de patrimônio precisa ser socialmente construída por meio da valorização dos bens e da difusão da importância de sua preservação. Se a comunidade não se identifica com o que é chamado de patrimônio, como fazer para que ela contribua para sua salvaguarda ou até mesmo para fomentar seus usos sociais? Para isso, é necessária a formulação de políticas públicas em que a utilização do patrimônio considere as necessidades da comunidade e dos lugares, não somente para a proteção em si, mas para que o patrimônio se volte ao desenvolvimento, principalmente no que se refere ao aspecto local do desenvolvimento (VARINE, 2013).

Ao relacionar o patrimônio com o turismo percebe-se que essa associação pode promover a valorização de bens patrimoniais e gerar iniciativas de desenvolvimento socioeconômico por meio das interações dos lugares, os turistas e a comunidade. Ao mesmo tempo, o turismo como uma atividade humana pode provocar contradições derivadas do modo como ele se reproduz e como ele é apropriado pelos sujeitos sociais que nele atuam (YÁZIGI, 1999), sendo o turismo um fenômeno social que consome, elementarmente, o espaço e os objetos nele contidos (CRUZ, 2003).

Os bens patrimoniais tornados objetos turísticos podem ser fonte de recursos, de empregos e de desenvolvimento comunitário, devendo ser, *a priori*, conservados,

pois além de serem objetos de visitação, podem colaborar significativamente para o desenvolvimento de uma comunidade. No entanto, o turismo, ao se apropriar, nos mais diversos patrimônios existentes, promove a transforma o dos lugares e dos territórios, bem como suas formas de uso, em que geralmente percebe-se que o consumo se impõe sobre a valoriza o e a conserva o a cultura e da natureza (OLIVEIRA, 2020).

O turismo altera significativamente o sentido dos lugares (CRUZ, 2003) e, assim, atribui novas fun es ao patrimônio. Novos usos podem contribuir para sua prote o e, ao mesmo tempo, modificá-lo para atender   demanda dos turistas e do mercado turístico; por isso, ao se pensar na rela o turismo e patrimônio   preciso reconhecer que ambos têm uma a o que se manifesta na forma de consumo, produ o e reprodu o espacial e, por isso, apresentam uma série de contradi es.

Recorrer a esses entendimentos acerca do turismo e do patrimônio e associ -los ao desenvolvimento local foi um ponto crucial no desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que o turismo como um fenômeno de múltiplas intera es socioespaciais se manifesta fortemente pelo lado econômico e, por este motivo, não são poucos os lugares que veem nele a esperança para o crescimento e o desenvolvimento econômico. Contudo, essa associa o não   tão fácil e se torna ainda mais complexa quando a ela se associam questões de cultura e a natureza.

A associa o patrimônio, turismo e desenvolvimento local ainda necessita de estudos e abordagens teóricas, principalmente em se tratando de temas que por si só destacam a complexidade de suas múltiplas interfaces. Pensar nessa rela o, no entanto, corroborou com o estudo proposto quando pudemos verificar como essa rela o tem se estabelecido no município de São José do Barreiro.

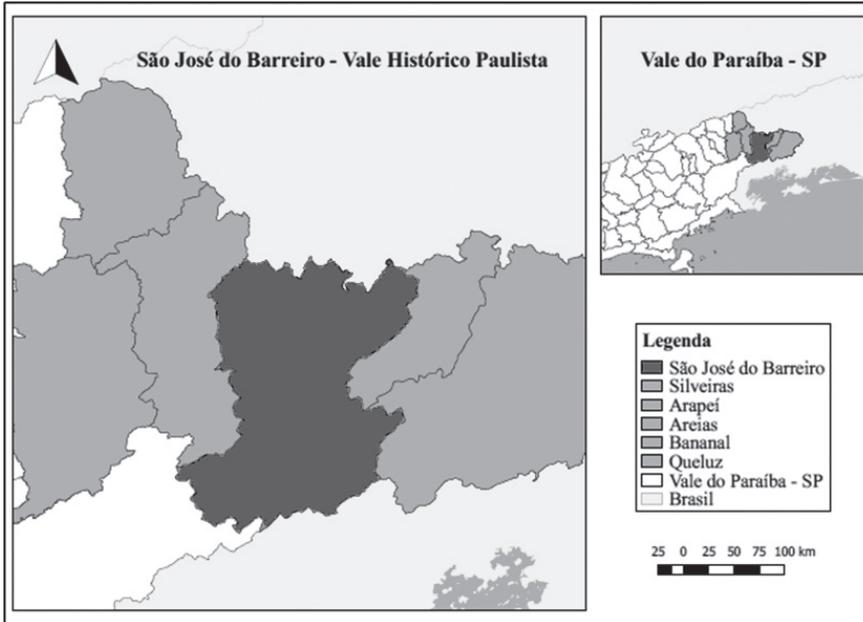
### **3. OBJETO DE ESTUDO**

No texto desenvolvido para a tese, apresentamos São José do Barreiro a partir de seus aspectos históricos e geográficos como suporte em estudos e fontes bibliográficas que destacaram o processo de desenvolvimento socioecon mico e demográfico do município, bem como os aspectos que condicionaram a forma o da região do Vale Histórico Paulista e Serra da Bocaina, o despontamento para o turismo e as características do que consideramos chamar de pequenas cidades, além de questões relativas ao patrimônio cultural e natural. Essa parte se fundou em autores como Ab’Saber e Bernardes (1958); Corrêa (1999, 2003); Gagliardi (2005); Damiani (2006), Ant nio Filho (2009); Maia (2009); Zanirato (et al 2014,

2016); Pellicciotta (2017), entre outros, que possibilitaram entender a história e a formação da região, assim como do escritor Monteiro Lobato e dos viajantes do século XVIII, dos quais utilizamos diversas passagens na tese para apresentar a formação socioespacial do município (cf. OLIVEIRA, 2020).

Abaixo a representação cartográfica do município.

**Figura 1** – Localização de São José do Barreiro



Fonte: Oliveira (2020).

## São José do Barreiro: tempos lentos, permanências e desenvolvimento local

Entre as duas maiores cidades do país, no Vale do Paraíba Paulista, descobre-se uma das paisagens mais belas da Mata Atlântica: a Serra da Bocaina. Encravados em seus vales, entre os “mares de morros” (Aziz Ab’Saber, 1958), seis municípios compreendem o chamado Vale Histórico Paulista, entre eles, São José do Barreiro, um lugar tão próximo e ao mesmo tempo tão isolado que causa um certo encantamento pela presença de um tempo mais lento (OLIVEIRA, 2020).

A região onde está localizado o município de São José do Barreiro se destacou no passado por ter sido rota de circulação de mercadorias e caminho para o escoamento dos metais preciosos trazidos das Minas Gerais em direção ao porto de Parati e, posteriormente, pela produção de café no estado de São

Paulo. A expansão da produção cafeeira determinou o crescimento econômico e populacional da região, e a riqueza advinda do café marcou o estilo de vida das pessoas e da paisagem local, deixando um legado histórico-cultural visto nas edificações e um legado natural representado pelos remanescentes de Mata Atlântica na Serra da Bocaina.

Apesar de um passado de opulência, esse período não durou muito e ao final do século XIX quase não havia mais pés de café na região. Com o passar do tempo, a substituição dos cafezais pelo pasto e o uso intenso e inadequado do solo conduziram a um agressivo processo de degradação ambiental e a consequente devastação de áreas florestadas. Com isso, depois de findo o período do café, essas localidades evidenciaram uma dinâmica socioeconômica que muitos compreendem como “estagnada” ou “deprimida”, com sérias dificuldades de desenvolvimento econômico e com problemas para a conservação do que, mais recentemente, veio a se tornar um legado patrimonial.

Essa aparente estagnação se traduz nas poucas transformações socioespaciais ocorridas desde os tempos passados e atestam a falta de oportunidades de desenvolvimento, se se compara as localidades aqui analisadas com outros municípios da região do Vale Paraíba Paulista, a exemplo de Guaratinguetá, Lorena, São José dos Campos. A lenta dinâmica se colocou não exclusiva, mas particularmente em todo Vale Histórico Paulista e, consequentemente, em São José do Barreiro.

Em toda a região esse legado patrimonial e áreas florestadas nos topos dos morros resistiram às mudanças devido a um processo mais lento das transformações ali observadas. Todavia, tanto o legado construído como os lugares do patrimônio natural já há algum tempo têm apresentado dificuldades de conservação, em grande medida decorrentes de políticas públicas pouco efetivas, que contribuíram para a persistência de um cenário bastante adverso em um lugar que outrora foi uma das mais ricas regiões do Brasil (OLIVEIRA, 2020).

São José do Barreiro, atualmente, pode ser explicado a partir de uma dinâmica socioespacial que o caracteriza como um pequeno município de origem histórica e que exerce uma função de pouco destaque dentro da dinâmica regional. De acordo com os autores Corrêa (1999, 2003), Damiani (2006), Maia (2009) e Santos (2010), essas pequenas cidades demonstram um sentido bastante evidente em sua relação campo-cidade, com acessibilidade menos privilegiada. Observam-se, recentemente, taxas de crescimento demográfico negativas, um fenômeno muito evidente nos pequenos municípios brasileiros (IBGE, 2020).

Por meio de dados socioespaciais, econômicos e ambientais (cf. OLIVEIRA, 2020), a pesquisa possibilitou reconhecer que São José do Barreiro pode ser

compreendido por uma análise de suas dinâmicas pretéritas e atuais e, desse modo, não se trata apenas de uma cidade pequena, conforme a classificação padrão, mas de um lugar em que se percebe a presença de um tempo mais lento, onde os principais fatores observados são a tendência de diminuição de sua população, os aspectos de ruralidade e os problemas socioeconômicos, bem como a permanência de rugosidades na paisagem local (OLIVEIRA, 2020).

As chamadas cidades de tempos lentos (MAIA, 2009) são assim chamadas não como um contraponto a lugares desenvolvidos, lugares onde o tempo tem outra dimensão, ocorre lentamente. Daí as características singulares de uma transformação socioespacial que teve outro ritmo da urbanização e nas quais as marcas do passado foram mantidas, e se veem em lugares naturais pouco transformados, ou em lugares transformados pela ação humana, que se mantem por mais de um século.

Conforme avaliamos a partir dos autores pesquisados, para sanar os problemas de desenvolvimento, nos últimos quarenta anos observou-se um crescente interesse em promover e conservar os atributos deixados pelo tempo, com vistas ao seu aproveitamento por atividades relacionadas ao turismo. O que se entendeu é que aquele espaço por representar o passado, poderia ter novos usos. As permanências na paisagem expressas nos bens edificados e nas áreas naturais existentes foram consideradas atrativos para a visitação turística.

As primeiras iniciativas para o fomento do turismo, no entanto, expressaram uma situação contraditória, como apontaram em seus estudos Gagliardi (2005), Antônio Filho (2009) e Pellicciotta (2017), uma vez que, enquanto parte do Vale do Paraíba estava em pleno desenvolvimento econômico e renovação urbana e rural, os municípios do Vale Histórico Paulista deveriam celebrar o passado e rememorar outros tempos na configuração de uma nova paisagem, como se estivessem o tempo ali ficasse parado.

Sob o contexto histórico dos tempos do café e dos remanescentes naturais, a expectativa era que o turismo poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e trazer o esperado desenvolvimento local. Para tal propósito, relacionou-se o turismo às políticas de conservação do patrimônio cultural edificado e do patrimônio natural que surgiram simultaneamente à mesma época – a exemplo a institucionalização do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1971, e o tombamento de bens edificados entre as décadas de 1960 e 1990 em toda a região do Vale Histórico Paulista (OLIVEIRA, 2020).

O turismo foi considerado uma alternativa para o desenvolvimento da região e se tornou, de acordo com Antônio Filho (2009), um recurso para a revitalização

do próprio patrimônio, devido ao extraordinário potencial econômico da atividade. Entretanto, o desenvolvimento do turismo provocou diversos conflitos que em grande medida foram apontados e confirmados com os resultados da pesquisa aplicada.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Limites e possibilidades do turismo e do patrimônio: uma esperança condicional

O rol de procedimentos metodológicos aplicados para responder aos objetivos inicialmente propostos considerou a complexidade de compreender os fenômenos socioespaciais na relação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local. Desse modo, dos resultados analisados, apontamos e discutimos as expectativas geradas pelo turismo em associação aos patrimônios locais, primeiramente a partir da elaboração de uma Matriz Social do Turismo, composta pelos setores que atuam no município de São José do Barreiro:

**Quadro 1** – A Matriz Social do Turismo em São José do Barreiro

MATRIZ SOCIAL DO TURISMO		Quantidade
Poder Público Local	Prefeitura Municipal	1
Poder Público Federal	ICMBIO	1
Entidades do Setor de Turismo	COMTUR	3
	BARREIROTUR	
	ARCCO	
Meios de Hospedagem	Hotéis, Pousadas e Campings	24
Restaurantes	Todos os tipos	19
	Agências de Turismo	3
Equipamentos e Serviços Turísticos	Guias Locais	5
	Eventos	1
	Transportes	5
	Produtos Artesanais	Informação Não Disponível

Fonte: Oliveira (2020).

A partir da construção dessa matriz social, pudemos analisar em conjunto com as entrevistas, a relação do turismo com os patrimônios locais no município. No caso do patrimônio cultural edificado, verificamos que a existência de elementos arquitetônicos do século XIX favoreceu o pensamento turístico em toda a região (GAGLIARDI, 2005; ANTÔNIO FILHO, 2009; PELLICCIOTTA, 2017), vinculado, sobretudo, ao passado dos tempos do café e isso ainda se percebe, como pudemos validar, nas entrevistas realizadas.

Em relação às potencialidades destacadas nas entrevistas, a paisagem é o elemento citado por quase todos os entrevistados e essa é considerada na confluência entre o histórico-cultural e o natural, como elo entre o turismo e as

possibilidades de desenvolvimento local (OLIVEIRA, 2020). Essa paisagem para os entrevistados é, de fato, constituinte da atratividade turística local. No entanto, esse legado histórico ora se apresenta como algo que não lhes diz respeito, pois não participaram dos processos de salvaguarda e nem sempre concordam com a proteção institucional, ora como elemento que deve ser considerado, porém sempre na perspectiva do turismo, e ainda assim algo que não lhes pertence ou que produz significados (OLIVEIRA, 2020). De outra forma, fora do turismo a paisagem não encontra razão para sua valorização na medida em que as restrições para a conservação cultural e ambiental são consideradas como contributivas para a “estagnação” econômica do lugar; dessa forma, trata-se de uma associação contraditória entre a conservação e a transformação (OLIVEIRA, 2020). Esse fato, associado ainda ao pouco retorno do turismo amplia tal entendimento.

A pesquisa também possibilitou identificar a incidência de diversos riscos, sobretudo os riscos ambientais presentes na paisagem. Com amparo nas conclusões da pesquisa de Zanirato et al. (2014) destacamos que nas edificações históricas a tipologia construtiva e a técnica das edificações em madeira e barro favorecem ao surgimento de fungos e bactérias e a consequente infestação por cupins, elementos a serem considerados para a degradação dos bens patrimoniais do município. A localização das construções, muitas vezes em terrenos com altas declividades e a proximidade de morros e rios, contribui para os riscos de enchentes ou deslizamento de terra, bem como o abandono das edificações. Essas ameaças deverão incidir diretamente na sobrevivência do patrimônio edificado, caso não sejam tomadas medidas aos efeitos a elas associados (ZANIRATO et al., 2014).

**Figura 2** – Casa fechada em São José do Barreiro



Fonte: Oliveira (2020).

Riscos também foram percebidos em relação à conservação das áreas naturais da Serra da Bocaina. Entre os principais fatores apontados nas entrevistas e pelos documentos pesquisados estão os conflitos de uso e ocupação dos espaços naturais, a abertura de trilhas e caminhos, a extração vegetal, as constantes queimadas, as construções civis não autorizadas, caça, pesca, canalização e barragem de canais fluviais, a visitação descontrolada e, principalmente, a ampliação das áreas de pastagem (OLIVEIRA, 2020).

A instituição do Parque Nacional Serra da Bocaina, por exemplo, é vista como uma imposição, pois não só foi decidida sem a participação social, como restringiu as áreas potenciais para a pecuária.

**Figura 3** – Os Vales da Bocaina – Mar de Morros com a pastagem em primeiro plano



Fonte: Oliveira, 2020.

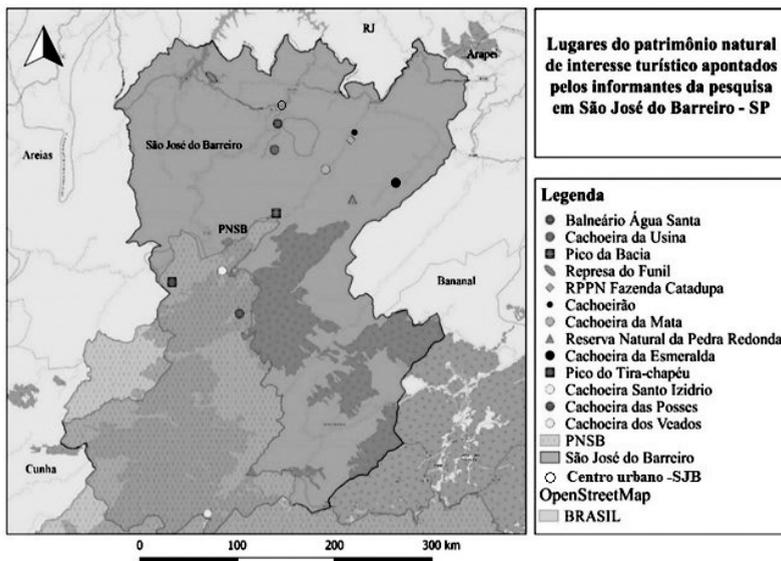
O que pudemos constatar é que a criação de locais protegidos pelo poder público é concebida como algo que restringe algumas atividades, mas abre outras, como as que emergem para o turismo. Contudo, o turismo e as atividades de lazer associadas ao patrimônio cultural e natural ainda são pouco compreendidas pela população, que antes dependia em seu cotidiano de atividades pecuária e agrícola, já que seu sustento derivava da lida com a terra. A criação de áreas naturais protegidas, por exemplo, levou à perda de sentidos e vínculos com o

lugar, pois definiu uma zona de amortecimento que se distribui por 18% da área do município (Oliveira, 2020).

Ao mesmo tempo, o diagnóstico de lugares com potencial turístico, conforme o grupo pertencente à matriz social, ainda é maior do que o considerado pela propaganda da prefeitura local. Para eles há cachoeiras, mirantes, rios e cavernas que poderiam entrar nesse segmento. O diagnóstico mostrou a existência de um rico acervo de bens naturais, que podem de fato ser integrados ao turismo, pois ainda não o são. Para tal é indispensável pensar de forma planejada a visitação turística aos bens edificados e às áreas naturais que conformam o conjunto do patrimonial local. A não existência desse planejamento explica em parte os conflitos entre lugares legalmente instituídos como patrimônio e outros que não estão em áreas protegidas, que convergem para os problemas de uso e conservação.

As falas dos entrevistados permitiram identificar os seguintes lugares que poderiam ser visitados pelos turistas, explicitados na figura 4:

**Figura 4** – Localização dos lugares considerados de visitação em SJB



Fonte: Oliveira (2020).

O que se viu é uma miríade de lugares que não estão nos roteiros turísticos do município, mas que são considerados atrativos pela matriz social. Para os entrevistados, enquanto os lugares que contêm patrimônios legalmente instituídos se mantêm mais bem-preservedos, ainda que haja problemas de conservação, os lugares não inclusos nessa condição sofrem com atividades econômicas de seu

entorno. Novamente se constata que as falas são contraditórias, pois expressam o interesse na integração de lugares ao circuito turístico, mas também traduzem conflitos e as tensões que advêm das restrições das normativas jurídicas de locais protegidos.

Em conclusão ao diagnóstico entendemos que o turismo como atividade econômica é pouco compreendido pela matriz, pois não há acordos no sentido cooperativo, não há planejamento associativo e repartição de possíveis lucros. Apesar disso, não deixam de colocar que há lugares não explorados turisticamente, em ameaça, mas com potencial para o desenvolvimento local.

O que se observou tanto sobre as características do turismo em São José do Barreiro como as dos lugares considerados patrimônio cultural edificado ou natural, é que o planejamento e a articulação entre a sociedade, o turismo e esses patrimônios ainda precisa ser adequada e que precisa ser estabelecida com mais participação da comunidade, com um tipo de turismo que considere as especificidades locais.

Um modelo de turismo considerado apropriado para o local foi abordado no último capítulo da tese, com o intuito de considerar um possível caminho para o desenvolvimento econômico, a conservação de locais protegidos e a participação social. Nesse sentido, o capítulo intitulado *Limites e possibilidades do turismo e do patrimônio: uma esperança condicional* apresentou uma discussão sobre os conflitos e os desafios do turismo e do patrimônio para o desenvolvimento local numa perspectiva futura.

Esse capítulo se pautou na urgente necessidade de participação social da comunidade nessas iniciativas e, portanto, abordou as premissas da participação social na tomada de decisão de propostas de políticas públicas de turismo e patrimônio, bem como nas bases conceituais do chamado Turismo de Base Local, um modelo de desenvolvimento do turismo que preza pela ampla participação democrática e a valorização do lugar por meio de seus bens endógenos (KINKER, 2002; IRVING, 2002, 2006 et al.; CORIOLANO, 2006, 2009; SAN SOLO, 2009; MENDONÇA, 2011; SAMPAIO et al., 2011).

Para ampliar a participação da população caberia aos sujeitos sociais envolvidos diretamente com o turismo municipal uma atuação mais próxima da comunidade, de modo a possibilitar a articulação de um movimento em prol do reconhecimento dos bens ali existentes como um diferencial que merece ser protegido. Essa aproximação não pode deixar de contar, também, com o poder público para viabilizar o que entendemos por um desenvolvimento de base local.

O que se espera para São José do Barreiro é que a associação patrimônio, turismo e desenvolvimento local possa ser um processo efetivamente endógeno – de mudanças efetivas. Por isso, é necessário que as bases para uma possível mudança sejam arraigadas na valorização dos bens locais e num modelo de turismo mais inclusivo e participativo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre patrimônio, turismo e desenvolvimento local ainda determinam esforços para a compreensão dos limites e das possibilidades dos usos sociais dos bens de valor cultural e natural para a sociedade, na medida em que a complexidade exposta nessa temática demanda olhares multi e interdisciplinares sobre diversos aspectos e interfaces deles decorrentes.

A partir do debate teórico-conceitual proposto no desenvolvimento da pesquisa, ao que pudemos avaliar, espera-se que a prática do turismo seja cada vez mais pautada pela compatibilidade entre a proteção do patrimônio e o desenvolvimento de lugares que concentrem reconhecidos bens culturais e/ou naturais, institucionalizados ou não, capazes de promover a integração de seus usos sociais e as transformações desejadas pela comunidade.

Os estudos sobre a relação patrimônio, turismo e desenvolvimento local nos forneceram subsídios para afirmar que essa atividade pode contribuir para a conservação do patrimônio, pois utiliza o próprio bem para valorizar a história, a cultura e a natureza de determinado local. Contudo, tal associação somente se apresentará como elemento para as transformações desejadas se pensada como estratégia para a melhoria da qualidade de vida da população e a valorização dos próprios patrimônios, e que tanto as ações do turismo como da política patrimonial sejam acompanhadas de ampla participação social.

Identificamos que em São José do Barreiro a persistência de um modelo de turismo pouco organizado e uma ação pública descontínua, somados a formas não participativas e pouco articuladas entre a comunidade e o poder público local, que têm contribuído para a manutenção de condições adversas com implicações diretas à conservação desses patrimônios, o que resulta em conflitos de ordem ambiental. Ainda assim, percebemos que há uma esperança na comunidade depositada no turismo e nos patrimônios locais, uma expectativa de fomentar o desenvolvimento local; no entanto, essa esperança tem sido sempre postergada, pois recorrentemente se desconsidera a participação social.

A esperança no turismo e nos patrimônios parece ser, conforme apontaram as entrevistas, a única alternativa para o desenvolvimento local no município, e a integração dos elementos aqui analisados somente trará alguns resultados se acompanhada de um modelo de desenvolvimento que reconheça os conflitos existentes, que busque solucionar os conflitos apontados em vez de postergá-los e que seja mais participativo, de forma que o patrimônio possa ser elemento indissociável do desenvolvimento local.

Por fim, a tese apresentada e aqui resumida em forma de capítulo cumpriu com seus objetivos principais e específicos e confirmou seus pressupostos iniciais de que, apesar da existência de um conjunto de bens culturais e naturais em São José do Barreiro com evidente potencial para o turismo, ou que já se encontram em uso turístico, há problemas locais que precisam ser mais bem compreendidos e superados para que os patrimônios existentes em associação com o turismo possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento local.

O município de São José do Barreiro ainda se encontra em meio a sérias dificuldades de desenvolvimento local e conservação de seus patrimônios, e o turismo, que poderia ser um fator para suplantear tais problemas é visto como possibilidade, mas, como concluímos, não tem superado as expectativas geradas na comunidade.

Como resultado a essas indagações principais concluímos que há em São José do Barreiro a continuidade de um modelo de turismo pouco organizado que contribui para a manutenção de condições adversas à conservação dos patrimônios locais e ao mesmo tempo ao desenvolvimento da própria atividade turística. Observamos que os atuais problemas e riscos postos aos patrimônios, assim como a falta de participação social e de políticas públicas efetivas são os limites ao desenvolvimento do turismo no município ao passo que muitos conflitos ainda não foram superados, mas que, ainda assim, há uma esperança nessa associação por parte da comunidade local devido à potencialidade dos atrativos locais. Por esses motivos, julgamos que essa esperança em São José do Barreiro ainda é condicional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO FILHO, F. D. O **“caminho novo”**: o Vale Histórico da Serra da Bocaina – opulência e decadência da sub-região Paraibana Paulista: reintegração de um espaço demográfico “deprimido”. Tese (Livre Docência) em Geociências e Ciências Exatas. UNESP, Rio Claro, 2009.

AB'SABER, A.; BERNARDES, N. **Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo**: guia de excursão n. 4, realizado por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, Ed. UNESP, 2017.

CORRÊA, R. L. **Globalização e reestruturação da rede urbana**: uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, v. 4, n. 6, jan./jun, Rio de Janeiro 1999.

CORRÊA, R. L. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ano VII, n. 11-13, Rio de Janeiro, set./out. 2003.

CORIOLANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo, Roca, 2003.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização**: Apontamentos bibliográficos. In: América Latina: cidade, campo e Turismo. Amália Inês G. de Lemos, Monica Arroyo e Maria Laura Silveira. CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, 2006.

FLACSO. **Guia do diagnóstico Participativo**. FLACSO BRASIL, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo.pdf>. Acessado em: 12/11/2019

GAGLIARDI, C. M. R. **As cidades do meu tempo**: a experiência do Turismo em Bananal – SP. Dissertação (Mestrado), PUC, São Paulo, 2005.

GARCÍA-CANCLINI, N. **Los usos sociales del patrimonio cultural**. Patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio. España: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 1999.

GONÇALVES, J. R. S. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau, ABA, Nova Letra, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?cidades>. Acesso em: 20 fev. 2020.

IRVING, M. de A.; Azevedo, J. **Turismo: O desafio da sustentabilidade**. São Paulo, futura, 2002.

IRVING, M. de A.; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHO. A Construção de governança democrática: Interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M. de A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Aquarius, 2006.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas. Papirus, 2002.

MAIA, D. S. **Cidades pequenas: como defini-las?** Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, J. A. (org.) Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demanda social. Manaus, UFAM, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamento da metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 2003.

MENDONÇA, T. C. de M.; MORAES, E. A. **O Povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária**. Experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande, RJ – Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2011.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MINHOTO, L. D.; MARTINS, C. E. **As redes e o desenvolvimento social**. Cadernos Fundap, n. 22, 2001.

OLIVEIRA, F. V. de. **Patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP: Uma esperança condicional**. 2020. 228 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PELLICCIOTTA, M. **Turismo e patrimônio no Vale Histórico Paulista: Subsídios de estudo para um aprimoramento de interações**. (Pós-doutorado) ECA/USP, 2007.

PRATS, L. **¿Patrimonio + Turismo – desarrollo?** Passos, v. 1, n. 2, Barcelona, 2003.

SANSOLO, D. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, Ed. Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. São Paulo, Edusp, 2010.

VARINE, H. **O patrimônio cultural**: a experiência internacional, 1975.

YÁZIGI, E. **Turismo**: uma esperança condicional. São Paulo, Global, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e método. Porto Alegre, Bookman, 2001.

ZANIRATO, S. H.; PELEGRINI, S. C. A. **Dimensões da Imagem**: Interfaces Teóricas e Metodológicas. Maringá, EDUEM, 2005.

ZANIRATO, S.H. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. **Rev. CPC**, v. 13, n. 25, jan./set. 2018.

ZANIRATO, S. H. et al. Pesquisa Fapesp/Condephaat. **Vulnerabilidade do patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista às mudanças climáticas globais**. 2014.